ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2025-MPPA/STM/8PJ

DATA: 30/01/2025

HORÁRIO: 8h

REF.: Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003809-8

OBJETIVO GERAL: Apresentar à população os dados preliminares obtidos em autuação ministerial, e promover um diálogo socioinstitucional visando elaboração de um diagnóstico situacional da saúde pública (SUS) nos Municípios de Santarém/PA, Belterra/PA e Mojuí dos Campos/PA, visando subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas nestas localidades.

Aos 30 (trinta) dias do mês de janeiro de 2025, às 08h30min, na sede do Ministério Público do Estado do Pará, deu-se início à Audiência Pública.

A iniciativa de promover a audiência surgiu, em síntese, da necessidade de expor à população os dados consolidados em autuação ministerial, no âmbito coletivo, e promover um diálogo socioinstitucional visando elaboração de um diagnóstico situacional da saúde pública (SUS) nos Municípios de Santarém/PA, Belterra/PA e Mojuí dos Campos/PA, e, por conseguinte, em formulação e implementação de políticas públicas nestas localidades.

DA COMPOSIÇÃO DA MESA:

Para tal mister, compuseram a mesa expositora os senhores(as):

Membros do Ministério Público do Estado do Pará: Dra. ÉVELIN STAEVIE DOS SANTOS, titular da 8ª PJ de Santarém, Dr. DIEGO BELCHIOR FERREIRA SANTANA, Coordenador das Promotorias de Santarém e Titular do 9º Cargo de PJ de Santarém, Dr BRUNO FERNANDES, Titular da Promotoria de Óbidos e em atuação conjunta na 8ª PJ de Santarém nesta audiência pública (GEDOC 105927/2025), Dr TÚLIO NOVAES,

Titular da 12ª PJ de Santarém, e Dra. DULLY OTAKARA, Titular da PJ de Execução Penal - Membros do Ministério Público Estadual (MPE);

Membro do Ministério Público Federal (MPF), Dr. VINICIUS SCHLICKMANN BARCELOS;

Membro da Defensoria Pública do Estado (DPE), Dr. FABIANO DE LIMA NARCISO;

Vice-Prefeito de Santarém, Dr CARLOS EDUARDO CARDOSO MARTINS;

Vice-Prefeita de Belterra, Sra. DIMAIMA NAYARA SOUSA MOURA;

Prefeito de Mojui dos Campos, Sr.JAILSON DA COSTA ALVES;

Representante da 9ºCRS/SESPA, Sra. ALINE NAIR LIBERAL CUNHA,

Representante da Comissão de Saúde da Câmara de Mojuí dos Campos, Sr.FRANKLIN BENJAMIM P. MACHADO;

Representantes da Subseção da OAB Santarém: Dra. PANYSA MONTEIRO, Presidente da Subseção da OAB Santarém, e Dra. Gyanny Dantas, representante da Comissão de Saúde da OAB, Seccional de Santarém.

Neste aspecto, importa salientar que visando a ampla participação popular e institucional, foram encetados convites pessoais, ligações telefônicas, mensagens por aplicativo *Whats App* e envio de e-mails, além de divulgação do evento na imprensa local e no site do MPPA.

DA DINÂMICA DO TRABALHOS:

A dinâmica da audiência consistiu em: 1) abertura dos trabalhos com composição da mesa e leitura do edital 2) franqueada a palavra aos componentes da mesa pelo prazo editalício; 3) apresentação dos dados preliminares consolidados pelo 8º cargo; 4) durante essa apresentação foi informada a possibilidade de inscrição para manifestação oral de demandas coletivas complementares àquelas já consolidadas pelo 8º cargo; 5) registro das manifestações dos inscritos pelo prazo editalício; 6) reabertura de prazo para resposta das autoridades componentes da mesa pelo prazo editalício; 7) reiteração da informação quanto à abertura de prazo para manifestação escrita a ser enviada para o e-mail 8pjsantarem@mppa.mp.br até o dia 03/02/2025 às

14h, ressaltando que manifestações apresentadas após esse prazo serão desconsideradas, uma vez que é necessário otimizar os trabalhos de coleta de dados informacionais e encaminhamento técnico das demandas.

DA MESA:

Os trabalhos foram iniciados pela composição da mesa e leitura do Edital nº 01/2025.

Após, a Excelentíssima Promotora de Justiça Dra. Évelin Staevie dos Santos, titular do 8º Cargo das Promotorias de Justiça de Santarém, em síntese, iniciou sua fala informando que o intuito da audiência pública era de apresentar os dados já consolidados pelo 8º cargo, e, sobretudo, ouvir a população sobre as demandas coletivas que envolvem os municípios de Belterra, Mojuí dos Campos e Santarém, para que, assim, as políticas de saúde não sejam somente políticas de governo e sim políticas de Estado, ou seja, contínuas, eficientes e transparentes.

Após isso, Dr Diego Belchior, coordenador das Promotorias de Justiça de Santarém colocou em evidência a importância do trabalho do 8º cargo para a saúde da população dos municípios envolvidos, citando evento recente ocorrido no âmbito deste MP, após término do recesso forense, onde observou que a maior procura entre os serviços oferecidos foi relacionado aos serviços de saúde. Ao final parabenizou a iniciativa desta audiência pública.

Em seguida, Dr Bruno Fernandes, titular de Óbidos e em atuação conjunta nesta audiência pública, falou ressaltando a importância da iniciativa do 8º cargo, esclarecendo que o trabalho fora dos gabinetes é de suma importância para a efetividade das funções ministeriais com a participação da população, em especial aos presentes nesta audiência.

Dr Túlio Novaes, titular do 12º cargo, iniciou sua fala afirmando a importância da audiência pública para a oitiva da população, lembrando de uma audiência pública que resultou na inauguração do Hospital Regional do Baixo Amazonas. Em seguida explicou que o 12º Cargo tem sua atuação no terceiro setor e que sua parceria com o 8º cargo é na retaguarda, como forma de dar suporte, caso necessário.

Seguidamente, Dra Dully Otakara tomou a palavra explicando que atua na área de execução penal, onde os atendidos também dependem do Sistema Único de Saúde. Explicou a importância audiência pública, eis que os serviços de saúde são os mais procurados no Ministério Público.

Após, Dr Fabiano Narciso, representando a Defensoria Pública, agradeceu o convite e informou que o órgão atua conjuntamente com o Ministério Público nas demandas de saúde, tanto individuais, como coletivas. Ressaltou que a sociedade atual já é beligerante demais, de modo que a atuação dialógica é de suma importância.

Em seguida Carlos Martins, vice-prefeito de Santarém, iniciou sua fala agradecendo o convite e ressaltando a importância da participação popular para o SUS, porquanto os serviços públicos de saúde são de relevância pública, citando o artigo 198 da Constituição Federal, onde estão dispostas as diretrizes do SUS, além de esclarecer que sua equipe está tomando conhecimento de procedimentos extrajudiciais e ações civis públicas de saúde na intenção de possibilitar uma saúde de qualidade aos munícipes.

Logo após, Franklin Benjamim P. Machado, vereador representante da Câmara de Mojui dos Campos iniciou sua fala esclarecendo a importância da audiência pública enquanto possibilidade de verificação *in loco* das situações de saúde dos munícipes. Aduziu a importância do tema enquanto instrumento de melhoria dos temas afetos aos direitos humanos, bem como o papel do Ministério Público enquanto agente fiscalizador, ressaltando os indicadores de saúde.

Aline Liberal, Diretora do 9º CRS/SESPA, esclareceu a importância do tema enquanto possibilidade de diagnóstico da saúde pública estadual e municipal como forma de conhecimento da situação para planejamento de ações para que haja resolutividade dos assuntos afetos à saúde. Ressaltou a importância da participação popular para o planejamento estratégico das ações do SUS desde a atenção básica até os serviços mais complexos. Salientou o subfinanciamento do SUS, dizendo que é necessário trazer o tema para discussão, dada a necessidade de mais recursos para que as políticas sejam executáveis com uma saúde resolutiva.

Após isso, Dr Vinicius Barcelos, representante do MPF iniciou sua fala

esclarecendo suas funções enquanto membro da Procuradoria República em Santarém. Parabenizou a Dra. Évelin pela proposta de iniciar o ano ouvindo a população sobre os serviços de saúde, tema importante para a formulação de políticas públicas e fiscalização do MPE e MPF. Ressaltou que direitos de saúde são direitos constitucionalmente assegurados dada a sua fundamentalidade para a população que dela depende.

Dimaima Nayara Sousa Moura, vice-prefeita de Belterra, se apresentou dizendo que é educadora e parabenizou pela iniciativa da audiência pública, eis que necessário um diagnóstico situacional para embasar as ações de saúde nos Municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos.

Após isso, Jailson Costa Alves, prefeito de Mojuí dos Campos, se apresentou ressaltando sua trajetória política, citou que no período pós-covid sentiu os males deixados pela pandemia e seus reflexos no SUS. Salientou a necessidade de estruturação da rede de atenção básica, em especial para os atendimentos relacionados às demandas dos pacientes do espectro autista. Disse que se sente privilegiado pelo convite, eis que o Ministério Público enquanto agente provocador exerce suas funções para melhorar os serviços de saúde. Salientou a importância de zerar a fila do SUS, dado o tempo necessário para conseguir demandas de saúde simples.

Em seguida, Dra. Gyanny Dantas se apresentou enquanto representante da OAB, esclarecendo que a OAB é instituição que recebe as demandas do SUS, ressaltando a importância da audiência pública para o conhecimento de dados.

DA APRESENTAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DA SAÚDE EM SANTARÉM, MOJUÍ E BELTERRA:

Terminadas as falas iniciais, Dra. Évelin iniciou sua apresentação do diagnóstico da saúde pública (SUS) Belterra, Mojuí dos Campos e Santarém. A apresentação se deu com a exposição de arquivo em PDF, contendo um panorama geral, em números, das demandas coletivas extrajudiciais (NFs e PAs) em andamento no 8º cargo:

demandas reprimidas, transparência de fila e estoques, estruturação de UBSs e serviços diversos de saúde.

Ressaltando que os dados expostos não incluem demandas individuais indisponíveis relacionadas a notícias de fatos e procedimentos administrativos, e tão somente demandas coletivas, a Dra. Évelin apresentou os números relacionados à Ações Cíveis Públicas tendo por assunto: estruturações de UBSs, serviços de média e alta complexidade, adequações de infraestrutura em serviços de saúde,

Ainda foram expostos dados dos Municípios de Santarém, Mojui e Belterra, em números, das filas para: consulta reumatológica, consulta oftalmológica, tomografia computadorizada, ressonância magnética, ultrassonografia, angioplastia coronariana, neurocirurgia, exame de risco cirúrgico, consulta cirurgia geral e urologia, e salientadas as divergências entre alguns números dispostos nos sistemas de regulação municipais e estaduais. Todos os dados expostos foram originados de informações prestadas pelos órgãos de saúde no bojo de procedimentos extrajudiciais instaurados pelo 8º Cargo.

Finda a apresentação dos dados preliminares, informou-se que estava aberta a inscrição para manifestações orais sobre demandas coletivas, reforçando que seria oportunizado aos interesses também envio, por e-mail, manifestações escritas até a próxima segunda-feira (dia 03/02/2025), às 14hs.

Enquanto ocorriam as inscrições para manifestações orais, o Dr. Fabiano Narciso, Defensor Público, requereu que os dados apresentados lhe sejam fornecidos, em virtude da atuação do órgão em favor dos mais necessitados.

Como resposta ao requerimento do Dr. Fabiano, Dr Bruno Fernandes explicou que o requerimento está, de pronto, deferido e que os dados serão encaminhados juntamente com esta ata. Explicou que em Óbidos os números também ensejam a preocupação ministerial e que colocar as demandas em dados claros é de suma importância para a atuação ministerial. Ao final registrou a presença de Pânisa Monteiro, Presidente da OAB na platéia, convidando-a à composição da mesa.

DAS MANIFESTAÇÕES DOS INSCRITOS:

No momento seguinte, foram abertas as participações dos inscritos para manifestação oral, na seguinte ordem:

1- José Ronaldo, CCBAV-FANCOS, aduzindo que necessita de um procedimento de hernia inguinal, cirurgia eletiva, e que o tempo aguardando em fila é muito grande, período em que os exames pré-operatórios perdem sua validade. Ao final pediu para que o Vice-Prefeito respondesse acerca da demora no agendamento de cirurgias eletivas.

2- Maria Inês, Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado do Pará - SINDSAUDE, explicou a importância de revisão da pactuação entre os municípios, eis que vendem serviços que não podem realizar em virtude do estado de sucateamento dos sistemas públicos municipais. Falou acerca do subfinanciamento do SUS e da responsabilidade do controle social.

3- Lúcia Rodrigues, da Casa Rosa, iniciou sua fala esclarecendo que representa mais de 120 pacientes oncológicos; e que compreende a fala do prefeito de Mojui dos Campos quanto à ajuda humanitária a pacientes, através de “pixes”. De forma emocionada, citou sua condição de usuária portadora de cartão do SUS, apresentando a demanda da Casa Rosa, que não recebe recursos públicos para a sua manutenção. Disse que se não fosse o SUS, não sabe se ainda estaria aqui. Ressaltou a importância do Conselho de Saúde. Encerrou dizendo que protocolará um documento no 8º cargo para deliberação ministerial.

4- Adiara Pereira ressaltou a importância do SUS nas terapias hormonais para transição de gênero. Disse que a atenção básica é desrespeitosa e desumana nos cuidados com os pacientes transsexuais, desde o porteiro até o atendimento médico, . Ressaltou que tem um pedido de consulta com endócrino há mais de um ano e até o momento não foi agendada.

5- Fabíola Cristine falou sobre a demora na marcação de sua cirurgia de angioplastia coronariana. Pediu intervenção dos componentes da mesa para que realize o mais breve possível, eis que está com comprometimento de 80% de um lado

e 20% do outro. Falou que está na posição 22 na fila e que no Hospital Regional falta leito e materiais.

6- Erica Bentes, apresentou sua situação enquanto acompanhante de sua mãe no Hospital Municipal, onde sua mãe ficou por dias sentada aguardando atendimento, até o ponto de formar feridas em suas costas. Disse que sua mãe precisa de exame no Hospital Regional há 23 dias. Apresentou possível caso de falta de triagem, falta de transparência e furo de fila para o mesmo procedimento de sua mãe, além de falta de materiais de expediente no Municipal, citando a falta de papel para impressão.

7- Moisés Mota, agente de saúde, salientou a fala do prefeito de Mojuí; reconheceu a atuação da enfermeira Irlaine no SUS municipal de Santarém, e apresentou sua demanda: a falta de agentes de saúde municipais.

8- Aurea Lucia, Sociedade de Pediatria, falou sobre a pediatria e atendimento de obstetrícia, ressaltando as inúmeras mortes decorrentes da má prestação do serviço. Indagou acerca dos números relacionados às cirurgias de cataratas em crianças recém-nascidas, indicando que a demanda reprimida exposta nos dados possivelmente não considerou a fila de pacientes da oftalmologia pediátrica. Ressaltou a importância da estruturação municipal do SUS, em especial às crianças com necessidades especiais, principalmente TEA. Terminou sua fala dizendo que no SUS há muita coisa errada e que perdeu muita coisa no decorrer dos últimos 30 anos.

9- Joseli Pereira, disse que a UBS Conquista abrange 16 bairros e que necessita de ampliação para atender melhor ao público. Disse que o bairro Conquista necessita de uma UPA. Disse que em relação ao TEA, o atendimento municipal tem uma carência muito grande de estruturação para que haja o diagnóstico correto. Ressaltou a ausência de avaliação neuropsicológica no SUS, o que faz com que a população tenha que pagar serviço particular, citando o caso de seu próprio filho. Ao final, pede que a mesa tenha um olhar mais atento às demandas por ela apresentadas.

10- Em branco (no ato das inscrições, pulou-se uma linha, o que resultou no nº 10 em branco e abriu o nº 31 como possibilidade de inscrição, o que não ocorreu).

11- Socorro Leão. Iniciou ressaltando a falta de serviços de saúde, de Agentes Comunitários de Saúde para serviços com idosos e crianças, o que poderia ser feito

em parcerias com universidades e faculdades. Apresentou a demanda de falta de saneamento básico no município. Apresentou demanda de falta controle do número de pacientes na UPA, bem como falta de atendimento especializado para autista. Ressaltou as demandas das regiões de rios. Disse que os agentes comunitários de saúde devem ser lotados em seus próprios bairros por questões de afinidade com a população.

12- João Batista Carvalho falou acerca dos serviços públicos de Belterra. Disse que Belterra precisa do olhar do poder público e que o centro cirúrgico somente funciona quando a ONG ZOE faz mutirões lá. Falou acerca da necessidade de estruturação de serviços de saúde em Belterra e citou a falta de médicos especialistas, dando como exemplo a especialidade de oncologia. Disse que o governo do Estado não olha para Belterra, que é um Município com mais de 50 mil habitantes.

13- Francisco Pereira, presidente da Câmara de Mojui dos Campos, disse falar enquanto vereador e enquanto titular do cartório de Mojui dos Campos. Pediu esforços para que haja implantação do Hospital de Mojuí dos Campos, ressaltando que as parturientes de Mojui vem para Santarém para o parto, o que reflete na falta de cidadão nascidos em Mojuí dos Campos.

14- Emanuel Batista Pires falou acerca da necessidade de nova UBS no bairro do Maracanã. Falou que as UBS que atendem os bairros do Maracanã e bairros adjacentes já não suportam a demanda, eis que são mais de 3 mil famílias. Disse que falta materiais e profissionais. Disse que há necessidade de nova UBS para grande área do Maracanã, além de atendimentos para as comunidades tradicionais, com serviços de saúde mental e também odontológicos. Pediu a criação de uma UPA 24h da zona Leste.

15- Claudia Santana, da FANCOS, falou acerca da qualidade dos serviços públicos, seja no atendimento de grávidas, o que repercute em mortes de recém-nascidos, seja o problema da estruturação da atenção básica, nas UBS. Falou da falta de estruturação do Hospital Municipal enquanto serviços de portas abertas.

16- Simone Rodrigues da Silva disse que a estruturação da saúde deve ser feita de cima para baixo. Disse que deve ser elaborado projeto onde haja equipamentos,

profissionais habilitados e fornecimento de medicamentos. Citou a ausência de atendimento para sua neta que está doente.

17- José Nilson Pereira, que falou acerca de transparência nas informações. Pediu esclarecimento do Hospital de Belterra acerca do caso de sua esposa, que está com câncer. Disse que houve falha no andamento do diagnóstico de sua esposa, que hoje faz tratamento no Hospital Regional. Disse que o resultado da biópsia de sua esposa não foi fornecido pela secretaria de saúde de Belterra em tempo hábil para o tratamento.

18- Andrea Lima, disse que na época da pandemia os servidores da saúde foram obrigados a trabalhar, pois tiveram férias e licenças suspensas. Pediu melhoria das condições de trabalho. Disse que Santarém está com PCCR dos servidores municipais da saúde desatualizado há 27 anos e há 13 anos não há comunitários de agentes de saúde. Pediu ao vice-prefeito intervenção para solucionar o problema. Explicou que os agentes comunitários de saúde não necessitam morar no bairro de atuação e que a prefeitura deve dar assistência para o deslocamento e desempenho de suas funções. Disse que o caso já foi enviado para a prefeitura.

19- Adélia Carvalho falou sobre a demanda reprimida de reumatologia. Disse que acredita que os dados apresentados inicialmente não indicam a realidade, porque somente em seu grupo de renais crônicos tem três pacientes aguardando atendimento. Disse que os números de oftalmologia também não batem, pois também é uma paciente que espera. Ressaltou que é paciente oncológica e que Santarém não tem tratamento para câncer de tireóide. Falou acerca da morosidade para a concessão de TFD. Falou da falha no serviço de hemodiálise, além de pedir ampliação do serviço, e pediu esclarecimentos da SESPA.

20- Antonildo Silva de Oliveira disse que é do Conselho Municipal de Saúde de Belterra. Disse que Belterra tem um Hospital que não funciona e que o governo do estado não olha para ela. Disse que Belterra não consegue arrecadação. Disse ter havido erro no último censo, eis que Belterra tem 18 mil habitantes e no censo consta 22 mil. Disse que a estruturação da saúde municipal desafogaria Santarém e demais municípios. Disse que hoje o centro cirúrgico só funciona quando a ONG ZOE faz

ações lá. Pediu intervenção da SESPA. Pediu que Santarém, Mojui e Belterra atuem juntos.

21- Andreia Vinhote de Souza iniciou sua fala dizendo que fala por pacientes com os quais conviveu desde o dia 13 de dezembro no Hospital Municipal, período em que lá ficou em virtude de sua mãe, idosa, estar internada esperando cirurgia de implante de marcapasso. Disse que sua mãe somente foi transferida para o Hospital Regional ontem. Disse ter procurado a SESPA por várias vezes. Disse que sua mãe entrou no Hospital Municipal andando e foi transferida para o Regional diretamente para a UTI, dada a demora.

22- Aurea Helena Vinhote falou da falta de estruturação no Hospital Municipal, citando a época em que ainda era CESP. Disse ser irmã de Andreia Vinholte e citou a demora na transferência de sua mãe, idosa, para o Hospital Regional. Ressaltou que essa demora de mais de 30 dias culminou no agravamento do estado de saúde de sua mãe. Pediu mais atenção dos poderes públicos para a saúde municipal.

23 – Varlinda Galdino, disse representar o instituto INAPED e também a igreja da restauração. Falou acerca da estruturação do SUS municipal, onde há falta de médicos em plantões, dizendo que constam na escala de plantão, mas não estão fisicamente no local. Falou sobre a falta de serviços relacionados à saúde mental (psicólogos, psiquiatras, dentre outros).

24- Sônia dos Santos da Silva disse falar por seu irmão, que é paciente oncológico desde 2013, e espera por consultas e exames. Disse que quando consegue consulta, os exames não ficam prontos a tempo. Citou alguns exames que não consegue agendar para seu irmão.

25- Rivaildes Gomes Repolho citou seu caso. Disse que foi chamada para realizar cirurgia no Hospital Regional e ao chegar na sala de espera foi informada pelo médico que sua cirurgia estava suspensa por falta de material. Disse que as cadeiras de hemodiálise do Hospital Regional estão precárias, eis que o assento está com problemas e o braço somente é segurado por fitas.

26 – Arnaldo Batista Pires falou acerca da UBS do Residencial Salvação. Disse que pelo tamanho do bairro, deveria haver 3 UBS e atualmente só tem uma, contando

com dois médicos e duas enfermeiras. Disse que um dos médicos da UBS foi afastado e por isso a fila de agendamentos só aumentou. Pede a implantação de mais duas UBSs no bairro do residencial Salvação. Disse que sua filha precisa de atendimento com dermatologista, mas ainda está na fila para a UBS para conseguir encaminhamento para o especialista.

27- Vereador Erasmo Maia esclareceu que é necessário melhorar a comunicação nos diferentes níveis de atendimento. Sugeriu um agendamento inteligente para o controle das filas e marcações nos diversos atendimentos, além de salientar a necessidade de busca ativa. Falou acerca dos valores desatualizados pagos pela tabela do SUS aos prestadores de serviços, que os desestimula a permanecer atuando no serviço público.

28- Vereador Biga usou da palavra para falar de Hospitais e parcerias. Deu a sugestão da criação de um Hospital Metropolitano para atender as demandas dos Municípios próximos a Santarém (Belterra, Mojuí dos Campos e outros). Citou o fato de ser o hospital Municipal de atendimento portas abertas, o que aumenta a demanda em Santarém e prejudica a qualidade do serviço e a demora nos atendimentos.

29- Nástia Irina, do Sindicato dos Médicos, falou acerca dos recursos na saúde. Disse ser conselheira no Conselho Municipal de Saúde de Santarém e explicou a necessidade do fortalecimento dos Conselhos Municipais de Saúde de Santarém e Oeste do Pará, pois é o conselho quem define onde alocar recursos e também exerce fiscalização desses recursos. Disse que o caos de Santarém a constrange, eis que cidades de mesmo porte tem uma prestação de serviços muito melhor. Disse que em Santarém a situação é dramática, principalmente na atenção primária, seja por falta de recursos (médicos, materiais, leitos), seja pela falta de diagnósticos, citando a falta de diagnóstico epidemiológico. Disse que as metas de atendimento não são atingidas em nenhum dos níveis. Falou acerca da falta de transparência de recursos públicos, citando o Hospital Materno Infantil. Questionou como são liberados recursos para municípios que não atingem metas e como esses recursos são fiscalizados.

30- Kellen Freitas falou acerca dos pacientes reumatológicos e portadores de doenças autoimunes. Disse que falta atenção dos entes públicos no fornecimento de

medicamentos, atendimentos médicos, dentre outros. Disse que os pacientes acabam por recorrer à rede privada sem ter condições financeiras para tanto, e que se muitos pacientes deixaram de comparecer à audiência pública, deve-se ao fato das dores e agravos as suas condições clínicas.

31- número aberto em virtude de se ter pulado, por equívoco, o nº 10 no momento das inscrições. Entrementes não houve mais ninguém inscrito após a fala da senhora Kellen Freitas.

DAS RESPOSTAS AOS INSCRITOS:

Dra Evelin esclareceu que situações não colocadas oralmente, podem ser enviadas por *whatsapp*, celular ou presencialmente ao 8º Cargo disponibilizando o email e telefone institucional em slide. Explicou que os dados apresentados serão tratados, dando oportunidade aos componentes da mesa a se manifestar sobre as falas apresentadas na audiência, caso quisessem.

Após, o vice-prefeito salientou a importância das falas dos inscritos. Disse que alguns dos temas postos já há ações civis públicas e até acordos para cumprimentos. Disse que as novas situações serão estudadas e que Santarém vive uma crise no financiamento do SUS municipal, além da necessidade de estruturação e ampliação de serviços. Disse que o aumento do financiamento é uma necessidade, citando exemplos como oftalmologia, endócrino, dentre outros. Salientou a importância da fala da vereadora Biga, pedindo o Hospital Metropolitano. Disse que o aumento da oferta de exames, consultas e cirurgias é fundamental para que se enfrente a crise do SUS em Santarém e que esse aumento deve ser feito em Municípios próximos, citando projetos e inaugurações recentes.

Benjamim Franklin tomou a palavra e disse entender as falas e desabafos dos inscritos. Disse que nenhum município quer passar pacientes para outros municípios, mas que infelizmente isso acontece em Municípios de cidades de pequeno porte. Disse que financiamento é um grande desafio e que sabe que para os indicadores sejam atendidos é necessária a alocação de recursos. Defendeu uma agenda permanente de debates para a estruturação da saúde de Mojui para o alcance dos indicadores.

Aline Liberal disse que reconhece a crise que ocorre em Santarém e região, mas que tem emvidados esforços para solucionar. Ressaltou a parceria do Ministério Público. Disse que as falas dos inscritos serão discutidas com a equipe da 9ª regional. Ressaltou a importância dos sistemas de informações e a falta de alimentação de dados desde o atendimento dos Agentes Comunitários de Saúde, até os serviços de alta complexidade. Fez referência às falas de pacientes por cancelamentos de cirurgias, falta de materiais e estruturas de atendimento, salientando a presença, na platéia, de servidores da Ouvidoria, para registros. Disse não se eximir das responsabilidades, mas que está disposta a atender as demandas de acordo com os recursos disponíveis.

Pânysa Monteiro, Presidente da OAB- subseção de Santarém, parabenizou pela iniciativa do evento. Ressaltou a importância da parceria entre as instituições. Colocou como sugestão a criação de um protocolo de atendimento no SUS municipal para atendimento de pessoas transsexuais. Ressaltou a importância da transparência no atendimento das demandas.

Dr Vinicius Barcelos, Procurador da República, agradeceu a possibilidade de participação e ressaltou a importância das informações trazidas pelos inscritos. Disse que muitos assuntos trazidos podem ser solucionados com transparência e planejamento. Citou o SUS de Santa Catarina e sua transparência. Esclareceu que a alimentação de dados é de suma importância para o atendimento das demandas do SUS e otimização de informações. Disse que o MPF, no que concerne a verbas federais, convida os gestores públicos municipais para reuniões com a finalidade de debate.

Dimaima agradeceu em nome Belterra e disse que estão buscando recursos para a realização de cirurgias, além de melhoria no atendimento de exames e outros serviços. Ressaltou o trabalho da ONG ZOE na realização diversos serviços de saúde, o que ajuda a diminuir a fila do SUS no Município. Outrossim, disse que o município tem hospital, e que estão dispostos a fazer parceria para cirurgias de baixa complexidade.

Jailson, prefeito de Mojuí dos Campos, disse que após a oitiva das falas apresentadas, sente maior responsabilidade na gestão municipal. Disse que a região

metropolitana Santarém-Mojuí dos Campos – Belterra já foi criada, mas nunca foi implementada. Disse que conseguiram recursos para comprar máquina de Raio-X. Disse que em 06 meses haverá serviços de obstetrícia em Mojuí dos Campos. Ressaltou a importância e ciência da assinatura do Pacto pela Saúde e Educação.

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Dr Bruno Fernandes ressaltou que as falas dos inscritos humanizaram os dados apresentados. Falou que o 8º cargo trava uma batalha para que a saúde em Santarém seja estruturada. Citou que em Óbidos também tenta estruturar a saúde municipal. Deu como sugestão a criação de parcerias entre os Municípios de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra. Concluiu dizendo a importância de que as falas do público hoje sejam levadas em consideração pelos gestores municipais. Disse que o Ministério Público não é órgão executivo, mas sim fomentador para que os problemas sejam resolvidos.

Por fim, a Dra Evelin agradeceu aos componentes da mesa e à participação dos inscritos, ressaltando a importância e coragem das colocações e exposições de situações particulares para que todos ouçam. Disse que cabe ao MP fiscalizar a implementação das políticas públicas de saúde. Disse que atrás dos números, existem pessoas que necessitam do respeito à dignidade da pessoa humana. Propôs uma nova audiência pública, onde se traga a solução dos problemas apresentados. Salientou que a ata ficará disponível para o público em geral no site do MP. Agradeceu a todos os presentes e à equipe do 8º cargo da PJ de Santarém.

DAS DELIBERAÇÕES:

1 – Proceda-se a remessa à DPE, conforme solicitado, o material em *powerpoint* apresentado na audiência pública, assim como da presente ata.

2- Aguarde-se decurso do prazo para apresentação das manifestações escritas,

conforme “DO ENVIO DAS MANIFESTAÇÕES” do edital.

3 – Após, reúna as manifestações orais e escritas em quadro expositivo sobre a existência ou não de procedimento administrativo, notícia de fato ou ACP, conforme a (s) categoria (s) temática (s) abordada (s) em cada um dos instrumentos de escuta.

4 – Os casos apresentados, oralmente ou por escrito, que não encontrem pertinência temática com os procedimentos extrajudiciais e processos judiciais de atuação coletiva apresentadas na audiência pública, serão objeto de novos atendimentos, registrados no SAJ;

5- Os casos apresentados que não sejam de atribuição da 8ª PJ serão declinados às Promotorias com atribuição para tanto;

6 - Considerando que, perante tantas autoridades e usuários que estiveram presentes ao evento, tantos rostos e nomes revelaram pedidos justos por uma saúde pública eficiente, contínua e transparente em Belterra, Mojui dos Campos e Santarém, venha conclusos os autos para designação de nova audiência pública para conferir publicidade à população interessada da resolução das demandas apresentadas.

Compõe a presente a lista de frequência anexa, assinada pelos participantes.

Nada mais havendo, encerrou-se a audiência pública às 12h04min. Assina eu _____ (Luciana Medeiros Bento), Servidora da 8ª Promotoria de Justiça de Santarém – Saúde e Educação.

ÉVELIN STAEVIE DOS SANTOS
Promotora de Justiça

BRUNO FERNANDES SILVA FREITAS
Promotor de Justiça